

As duas esquerdas

Após a Guerra Fria, muitos partidos da denominada «família da esquerda latino-americana» modernizaram suas doutrinas, afastando-se do socialismo real e buscando aprofundar a equidade social e a democracia. Mesmo assim, a esquerda não é homogênea. Existe outra corrente de inspiração radical que atua através do personalismo, do autoritarismo e do controle férreo dos poderes públicos, colocando-a no limite da democracia formal. Embora o auge da esquerda não pareça conjuntural nem efêmero, as diferenças de estilo e conteúdo que afloram perante a hegemonia estadunidense são uma prova para sua vocação democrática e sua perdurabilidade.

TEODORO PETKOFF

Uma viragem copernicana em direção à esquerda está acontecendo no continente latino-americano e caribenho. A partir do decano de todos os governos, o cubano de Fidel Castro, o uruguaio Vázquez, o Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva, a Guiana de Bharrat Jagdeo, a Argentina de Néstor Kirchner, o Chile de Ricardo Lagos e Michelle Bachelet, a Venezuela de Hugo Chávez, o Panamá de Martín Torrijos, a República Dominicana de Leonel Fernández, a Nicarágua de Daniel Ortega e a Bolívia de Evo Morales, já são onze os regimes considerados de esquerda na região. Se acrescentarmos a isto, e como um fenômeno aparentado, que em El Salvador a Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional controla o Parlamento e a maioria das

Teodoro Petkoff: economista e político venezuelano; fundador do Movimiento al Socialismo e ativista sempre comprometido com a causa da esquerda latino-americana; ex-ministro de Economia e ex-candidato a presidente; atualmente dirige o jornal *Tal Cual*, em Caracas.

Palavras-chave: esquerda, democracia, autoritarismo, discurso «bolivariano», América Latina.

Nota: Tradução de Sara Daitch.

prefeituras, é possível dizer que estamos na presença de uma tendência histórica, de uma mudança profunda no humor político do continente e não de episódios isolados, quase coincidências dispersas no tempo. Algumas delas têm sido Cuba (1959), Chile com Salvador Allende (1970) e a Nicarágua com o sandinismo (1979).

Os povos do continente, massas urbanas e rurais, além dos partidos tradicionais e das prédicas de seus dirigentes, estão colocando suas esperanças e expectativas no campo esquerdo do espectro político. Após décadas de ditaduras militares desenvolvimentistas e democracias populistas ou neoliberais, o balanço oferecido em conjunto – evitando todo maniqueísmo e sem equiparar umas com outras nem nos deter nos matizes específicos –, tem sido um legado de degradação institucional, corrupção e crescimento econômico precário e contraditório, que conduz a sociedades mais injustas e desiguais no planeta, em permanente crise social e instabilidade política.

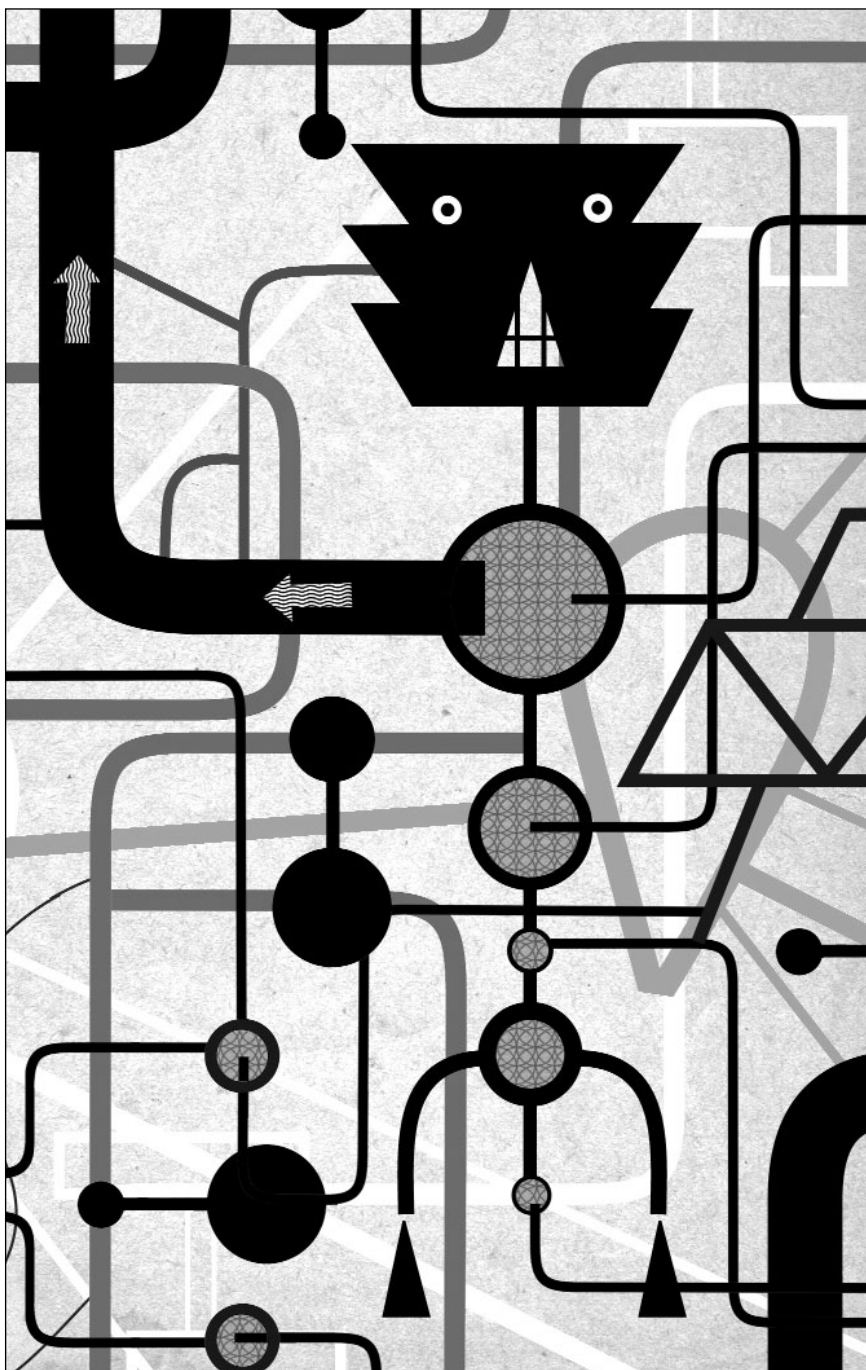
■ Falsos dilemas

Por paradoxal que pareça à primeira vista, este fenômeno é inseparável do colapso do império soviético. Com o seu desaparecimento, e junto com ele a lógica da Guerra Fria, os movimentos e partidos progressistas do mundo – particularmente os da América Latina e do Caribe, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos –, já não esbarram nesse teto que colocava em suas aspirações o implacável determinismo das «esferas de influência» e que derivava do «equilíbrio do terror» entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os EUA. Ambas superpotências tinham muito cuidado para não permitir, em seus respectivos âmbitos geopolíticos, a emergência de governos que tivessem uma mínima possibilidade sequer de servir, de uma forma ou de outra, à estratégia global do arquiinimigo. Além disso, uma regra não escrita da confrontação era limitar o protesto sobre os abusos cometidos por cada parte em «sua» esfera a meras formalidades diplomáticas. Nem a URSS nem os EUA mostraram-se dispostos a apertar os botões nucleares pela «defesa» da Hungria, Checoslováquia, Polônia ou Afeganistão, por um lado; nem da Guatemala, Santo Domingo, Nicarágua ou Chile, por outro. Subentendia-se que cada superpotência tinha o «direito» de impedir – e inclusive de destruir, se o impedimento não fosse possível – a instalação de fórmulas políticas em países de «sua» área de influência que não se ajustassem aos respectivos paradigmas geopolíticos e geoestratégicos. Embora este cenário tenha sido perturbado por Cuba, que se declarou socialista em 1961, ajustando-se ao modelo soviético – como consequência de um processo inesperado que surpreendeu os

EUA, colocando-o perante um *fait accompli* –, a crise dos mísseis (outubro de 1962) levou a um acordo que, se por um lado tolerou a permanência do governo revolucionário, por outro anulou qualquer possibilidade de que o território cubano pudesse ser utilizado pela URSS para fins militares. Também deixou em evidência que as esferas de influência de cada parte eram intocáveis. Claro que também estava implícito o «direito» de cada superpotência de respaldar e até promover movimentos políticos afins no «outro lado» – o que não significava que ambas também não pudessem abandoná-los à própria sorte se eles comprometessem o equilíbrio.

O mundo era dinâmico e ambas as superpotências o sabiam. A lógica era a de que esse dinamismo não excedesse os limites que cada império considerava invioláveis para sua segurança: os EUA invadiram Santo Domingo, propiciaram o «pinochetazo» no Chile e forneceram armamento aos contras na Nicarágua. De forma semelhante, a URSS invadiu Hungria, Checoslováquia e Afeganistão, e promoveu o golpe de Jaruzelski na Polônia. A África e o Sudeste asiático constituíam uma sorte de «terra de ninguém», onde os dois grandes blocos se confrontavam de forma vicária, sem que isto afetasse o equilíbrio das esferas de influência, qualquer que fosse o desenlace do enfrentamento. Assim, as guerras da Coreia, Vietnã, Zaire, Angola e Etiópia não alteraram o *statu quo* do planeta.

Tudo isto mudou com o desaparecimento da URSS. Os *policymakers* norte-americanos deixaram de enxergar os governos da esquerda da América Latina e do Caribe como uma ameaça aos seus interesses estratégicos. Já não havia um grande rival que inspirasse esse temor. Há agora muito menos paranóia e menos síndrome do Dr. Strangelove (quadro neurológico em que os membros do paciente parecem adquirir vida própria) entre aqueles que tomam as decisões nos EUA. Mesmo assim, após o desaparecimento das ilusões de uma Nova Ordem mundial – denominação dada à *Pax Americana* –, e sobre o hegel-fukuyâmico «fim da História», o mundo se complicou novamente. Os EUA destacaram, em escala latino-americana, a guerra contra o narcotráfico. Foi declarada uma guerra mundial ao terrorismo. Estes inimigos globais, mesmo assim, não estão encarnados em nenhuma grande potência com ogivas nucleares. Desta forma, no continente americano, o espaço para políticas e governos não necessariamente complacentes com Washington não foi fechado da mesma forma que durante o longo meio século da Guerra Fria. Não existe, pelo menos até agora, uma nova dialética entre blocos planetários de poder. Nos tempos da URSS, os EUA jamais teriam invadido o Iraque, que está ao lado da outrora grande potência comunista. Agora, por



sua vez, mobiliza as tropas por todo o mapa-múndi. A «esfera de influência» norte-americana é mundial, mas, não estando ela ameaçada por uma hecatombe atômica, existe uma margem muito maior de manobra para os governos não alinhados com Washington.

■ A hipoteca do socialismo real

Ao mesmo tempo, os partidos de esquerda, hoje governantes na América Latina e no Caribe, não respondem também ao estereótipo maniqueísta acunhado pelos gringos: «esquerda igual a comunismo». A mudança não se resumiu ao desaparecimento da URSS: hoje o movimento comunista mundial está reduzido à condição de peça arqueológica. Nunca houve grandes partidos comunistas na América Latina e no Caribe, mas, enquanto braços políticos do Vaticano soviético, eles possuíam uma inegável influência – podiam chegar até o ponto de chantagem sobre o conjunto da esquerda, levando-a, por exemplo, a silenciar qualquer observação crítica à URSS e ao «socialismo real». Para a esquerda, a associação com o comunismo e com a URSS, cheia de fricções, contradições e desencontros, constituía uma pesada hipoteca, da qual era difícil se libertar porque seus adversários, os políticos e os porta-vozes dos poderes fácticos da direita, faziam do anticomunismo e da denúncia do regime soviético – e, no nosso caso continental, do cubano – os fundamentos essenciais de sua política.

O desaparecimento da URSS parece ter criado condições para que a esquerda restabeleça sua autonomia ideológica e política. Já não carrega o peso morto do que significou o modelo totalitário, ditatorial e economicamente fracassado da URSS, que, segundo a propaganda de seus adversários, seria o «espelho» das proposições progressistas, e que por isto produzia um potente efeito dissuasivo em nossos países. Também não é possível colocá-la em xeque ou fazê-la vítima de chantagem do movimento comunista. A relação com Cuba possui, ainda, algumas características especiais (não por uma afinidade político-ideológica, que, salvo no caso de Hugo Chávez, do Movimiento al Socialismo da Bolívia e do sandinismo, não existe em quase nenhum outro de nossos movimentos de esquerda, embora produza também um efeito de demonstração inibitório semelhante ao que produzia a sinistra imagem da URSS).

■ A esquerda e seus perfis

Entretanto, o conceito de «esquerda» pode ser mistificador. Encobre muito mais do que revela e, se for aplicado de forma indiscriminada, pode levar a

crassos erros de apreciação. A esquerda, tal como a direita, possui muitos matices. Da mesma forma que cabem inúmeras expressões do pensamento conservador entre os pólos de Hitler e Churchill, por exemplo, também cabem entre os pólos de Stalin e Tony Blair (também por exemplo) muitas gradações do centro em direção à esquerda. Mas para os efeitos da análise, cabe mencionar, grosso modo, a existência de duas esquerdas na América Latina atual, duas grandes correntes que são de forma alguma homogêneas, mas cada uma com variados matizes específicos. Uma das duas grandes tonalidades da esquerda é a que tem hoje como expoentes mais significativos os governos de Lula da Silva, Lagos, Kirchner e Vázquez e, com um perfil mais baixo, os governos de Fernández, Torrijos e Jagdeo. A outra grande corrente conta com Castro e Chávez como suas figuras mais proeminentes. Entre estes dois personagens e os movimentos políticos que os sustentam, existem importantes diferenças. Portanto, seria um erro equipará-los. Mesmo assim, de tão estreitamente relacionados como estão hoje, configuram o pólo latino-americano da esquerda arcaica, associável, ainda, pela graça de Fidel, ao que foi o movimento comunista mundial, e esvaído reflexo da luz já apagada da estrela soviética.

Estas duas correntes da esquerda coexistem no continente e, ainda que superficialmente possam ser consideradas como uma mesma «família», vêm-se opostas por visíveis contradições. O Partido dos Trabalhadores brasileiro, o socialismo chileno, o Frente Amplio uruguaio e o peronismo provêm de uma longa luta contra ferozes ditaduras militares. No último meio século, passaram pelas mais variadas experiências, que vão da clandestinidade a episódios de luta armada que envolvem alguns de seus atuais componentes (sobre tudo no Brasil, Uruguai e Argentina), a vida parlamentar, o exercício de governos regionais e locais e até, no caso chileno, nacional. Aprofundadas suas raízes na história continental, já mais que secular nas lutas sociais, a reflexão sobre sua própria e intensa prática política e sobre a do «socialismo real» levou estes partidos a deixar para atrás os infantilismos de esquerda e a internalizar os valores democráticos como componentes *sine qua non* dos projetos de mudança social. O voluntarismo – tão próprio do leninismo, do maoísmo e do fidelismo –, já se sabe que termina em desastrosos como a «safra dos 10 milhões de toneladas» em Cuba ou o «grande salto adiante» e a «revolução cultural» maoísta, sem falar do *tour de*

Duas correntes da esquerda coexistem no continente e, ainda que superficialmente possam ser consideradas como uma mesma «família», vêm-se opostas por visíveis contradições ■

force que foi a revolução bolchevique. No campo da economia, em que em virtude de efetuar e sofrer as conseqüências dos erros próprios, e sobretudo dos alheios – os do modelo soviético – sabe-se bem que a macroeconomia pode tomar terríveis vinganças sociais quando é dirigida com falta de escrúpulos e irresponsabilidade.

Sem a estridência falsamente radical da esquerda borbônica (essa da qual, como da Casa Real, é possível dizer que nem esquece nem apreende), a outra corrente marcha por um caminho de reformismo avançado, que compatibiliza a sensibilidade social com a compreensão de que as transformações na sociedade passam pelo desenvolvimento econômico com equidade e pelo fortalecimento e aprofundamento da democracia. Sem o segundo, a preocupação social naufraga nas turbulentas águas da inflação e do estancamento econômico ou, como no caso cubano, na ditadura totalitária como mecanismo de controle social e de sobrevivência no poder, cada vez mais acentuado o autocratismo ditatorial enquanto mais desfalece a economia.

Ainda assim, esta esquerda não foge da tensão permanente entre o compromisso com as idéias e o sentido pragmático e prático que obriga a percepção realista do ambiente em que atua. Esta tensão alimenta um debate incessante, que se remonta, se de buscar antecedentes se trata, aos da Primeira e da Segunda Internacional, e que não poucas vezes produz escisões e desprendimentos nos partidos que a encarnam.

No Brasil, o PT vive freqüentes debates internos, seguidos de pequenas escisões entre o *mainstream* ideológico do partido e suas tendências ultraístas. É evidente que os condutores do partido compreenderam cedo que, para evitar a *via crucis* de que padeceu Salvador Allende com os ultras, era necessária uma maior intransigência frente a eles. A ultra-esquerda petista preferiu «montar um acampamento à parte» e isso tem sido o melhor para o processo político brasileiro, marcado pelo avançado reformismo do PT e de Lula. No Uruguai, o governo de Vázquez aponta no sentido de Lula e Lagos, não de Chávez. Não seria estranho que o Frente Amplio passasse por discussões semelhantes às que vive o PT. A Argentina constitui um caso especial porque o peronismo, globalmente considerado, não possui uma filiação de esquerda, mas, originando-se os atuais governantes da esquerda «montonera», começando por Kirchner, pode ser considerado hoje como parte desse variado clã de governos de corte social no continente. Mas é pouco provável que do peronismo possa se esperar nada parecido com as contradições próprias da esquerda «clássica». No Chile, o «pinochetazo» e a ditadura fizeram a nação pagar o custo dos excessos

«revolucionários» da ultra-esquerda, e tem sido a memória do ocorrido a vacina que protege o governo de Lagos, que não teve que lidar, como Allende, com as estereis provocações do ultra-radicalismo que tanto contribuiu ao gorilismo revanchista.

No Chile, o «pinochetazo» e a ditadura fizeram a nação pagar o custo dos excessos «revolucionários» da ultra-esquerda ■

Finalmente, e dentro desta grande corrente, como gradações mais moderadas mas em direção ao centro e bastante menos submetidas às disjuntivas ideologizadas que caracterizam os casos já mencionados, devem ser localizados os governos do Partido de la Liberación Dominicana, do Partido Revolucionario Democrático (PRD) panamenho e do Partido Progresista Popular (PPP) guianês. Fruto, o primeiro, da turbulência política e social que se seguiu ao desaparecimento de Trujillo, encontrou na sóbria e centrada liderança de Fernández uma condução sem solavancos que o levou já duas vezes ao governo. O PRD panamenho é herdeiro do torrijismo e conduzido agora pelo filho do falecido coronel Omar Torrijos. Ensaia vincular o nacionalismo que fez possível «a entrada ao Canal» (Torrijos dizia que ele não queria entrar para a História, e sim para o Canal), com uma opção social – que não esteve, certamente, entre as prioridades do primeiro Torrijos, mas que é visível, embora muito matizada pela ortodoxia econômica, no discurso de seu filho Martín. O PPP da Guiana, hoje governante, é o partido que fundaram Cheddi e Janet Jagan, e que em 1953 deu origem ao primeiro governo de filiação relativamente marxista no continente. Posteriormente, ocupou várias vezes o governo, mas a barreira idiomática e cultural fez com que a esquerda de fala hispana olhasse pouco ou nada em direção à Guiana e, em geral, ao Caribe anglo-francófono.

A outra grande vertente da esquerda latino-americana e caribenha é a que tem como figuras destacáveis Castro e Chávez. O *appeal* romântico desta esquerda – com os conseguintes disparos de adrenalina provocados pelo castrochavismo – encontra eco em alguns países onde a esquerda parece pronta para subir ao poder (Nicarágua, Bolívia e El Salvador) assim como nos grupelhos da ultra continental e nos restos fossilizados do velho comunismo, bem como em alguns movimentos sociais do tipo «piqueteros» argentinos ou dos sem-terra brasileiros, que, embora despertem uma simpatia difusa além destes setores, não se encaixam com as massas da esquerda sul-americana. Da paleorrevolução fidelista há pouco o que acrescentar, mas o confuso «bolivarianismo» da Venezuela chama muito a atenção e parece possuir a capacidade expansiva que a Revolução Cubana perdeu faz tempos.

Mesmo assim, convém fazer algumas precisões a respeito dos três países onde o castro-chavismo conta com epígonos. Em El Salvador, o FMLN é o maior

grupo político no Parlamento e ganhou a maioria dos conselhos municipais, mas fechou para si mesmo a possibilidade de vitória nas eleições presidenciais. Isto aconteceu porque, ao optar por uma candidatura tão sectária quanto a de Schafik Handal, secretário-geral do Partido Comunista, não podia abrir brechas no centro político, limitando assim seu alcance. Handal, sem dúvida, foi um presente dos deuses para a decadente direita desse país. É esta a corrente interna no FMLN que se identifica com Chávez.

Na Nicarágua, a Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), embora pareça individualmente como a principal força política, viveu um marcante processo de retração ética e política que levanta dúvidas sobre o que cabe esperar de um governo seu, no caso de ganhar as eleições. Também na FSLN se produz a disjuntiva entre as duas esquerdas. No sandinismo – embora mais exato seria falar agora de «danielismo» – a impronta fidelista é muito profunda e por isto não é possível achar estranho seu alinhamento com o castro-chavismo, mas é evidente que em seu seio existe uma luta ainda não resolvida entre as duas esquerdas. O último episódio foi a expulsão de Herty Lewites, ex-prefeito de Manágua, e o antecedente mais isolado, até então sem maiores conseqüências sobre o partido, foi a expulsão de Sergio Ramírez. Hoje, ainda assim, a contradição parece muito mais profunda que na época em que Ramírez desafiou a liderança de Daniel Ortega.

Na Bolívia, os vínculos entre o governo de Evo Morales e o chavismo venezolano são públicos e notórios. O MAS possui a interessante característica de constituir a primeira expressão política autônoma da população indígena, que é majoritária na Bolívia, mas que sempre desempenhou um papel ancilar a respeito das forças políticas. Com a emergência do MAS, que marca um ponto de inflexão na política desse país, ocorre o mais profundo processo de inclusão social e política de que se tenha notícia na Bolívia. Na Revolução de 1952, os indígenas, que foram certamente objeto das reformas que o Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) promoveu, agora emergem como sujeitos de sua própria história. Como é compreensível, existe em sua conduta política uma mistura de modernidade e atraso. Muitos séculos de opressão, submissão e humilhação explicam o «sarampo» radical de algumas de suas posturas e a identificação com as do paradigma revolucionário castro-chavista. Os próximos tempos dirão se o MAS conseguirá extrapolar o etnicismo, constituindo-se uma força que assuma de forma integradora a diversidade étnica da sociedade, da maneira como fez o Congresso Nacional Africano, sob a condução de Nelson Mandela, ou se ficará preso no indigenismo, cristalizando-se assim uma perigosa fratura racial na sociedade boliviana, com conseqüências imprevisíveis em um país tão complexo

e complicado como é a Bolívia, presa também de tendências centrífugas que ameaçam sua própria integridade territorial. Por certo que, sendo a Bolívia um vizinho com o qual o Brasil compartilha vastos interesses, seria conveniente para Lula desenvolver uma relação estreita com o MAS e com Morales, contribuindo para que ele possa se afastar do falso radicalismo e se aproximar das posturas da esquerda moderna.

■ O discurso «bolivariano» e a encruzilhada da esquerda

Resta apenas dizer algumas palavras sobre o fenômeno chavista. Surgido da confluência do militarismo nacionalista com diferentes correntes do naufrágio marxista-leninista e da esquerda agrupada, conforma um movimento e um governo essencialmente personalista, com fortes traços de militarismo, messianismo, caudilhismo e autoritarismo, plasmado em um discurso com claras ressonâncias do fidelismo «dos anos 70», que encontra eco em vastas capas da empobrecida massa popular venezuelana. Ideologicamente, apóia-se na utilização instrumental do potente mito bolivariano, sorte de religião laica venezuelana, de difícil compreensão em outros países do continente, onde o rastro do prócer libertador não possui, nem de longe, a profundidade que tem na alma venezuelana. A lembrança de Bolívar, paradoxalmente, tem sido cultivada há muito mais de um século, sobretudo por nossos homens fortes, como uma maneira de legitimar seus abusos com o aval de além-túmulo de *El Libertador*, entrando profundamente na psicologia popular venezuelana pelas ardilosas trilhas das frustrações coletivas. Outros também o utilizaram como ferramenta política, mas nenhum com a força e a eficiência de Chávez.

Ideologicamente, o fenômeno chavista apóia-se na utilização instrumental do potente mito bolivariano, sorte de religião laica venezuelana ■

O discurso «bolivariano» tem estado unido, até agora, a uma proposta vaga e um tanto emocional de redenção social. Mais recentemente, porém, tentou dar uma maior profundidade conceitual, associando-o de forma caprichosa, e até grotesca, com a busca de um conteúdo específico para o inefável «socialismo do século XXI», que acaba de pôr em órbita Chávez. Seu discurso tem se derivado, a partir da proposta «humanista», acudindo muito à imaginação cristã, ao anti-neoliberalismo, e em seguida ao anticapitalismo, para alcançar a proposição de «inventar o socialismo do século XXI». Tudo isto sobre o cenário de um nacionalismo que agora mostra um forte conteúdo antiimperialista, muito parecido com o de Fidel Castro, dentro do âmbito de uma crescente confrontação

verbal com o governo de George W. Bush. Mas, e precisamos ter isso claro, o principal ativo do chavismo é a vigorosa e carismática liderança de Chávez, que, generosamente lubrificada por um petróleo de preços siderais, conseguiu construir um laço afetivo e emocional com milhões de venezuelanos, em um plano que às vezes se assemelha a um tipo mágico-religioso¹.

Mesmo que Chávez tenha se lançado com sucesso, até agora, contra o antigo *establishment* político-social, a destruição dos privilégios deste, que não se produz dentro do contexto de um projeto social alternativo, deu lugar, não podendo ser de outra maneira, ao aparecimento de novos privilegiados políticos e também aos embriões de uma nova burguesia denominada bolivariana ou «boliburguesia», surgida no calor da corrupção e dos negócios com o governo. Mesmo assim, um governo que enfrentou e derrotou os poderosos, gestor de um populismo distributivo munificente (a cornucópia petroleira dá para tudo), com um discurso político e socialmente entre redentor e revanchista, conseguiu entrar profundamente no imaginário popular venezuelano. É inegável que Chávez colocou no centro da cena nacional o tema da pobreza e da luta contra ela. Além do mais, na prática, a implementação de um set de programas sociais – as famosas «missões» –, alguns deles de indiscutível validade conceitual, embora sua aplicação seja opaca e suspeita de corrupção e favoritismo, reforçou sem dúvida o vínculo com os setores populares.

Chávez introduziu uma variável em seu discurso, quase inexistente até então: o choque verbal com o governo Bush e com o «imperialismo ianque». De

1. O exercício do governo é ambivalente. Chávez nada em duas águas. Uma, a da democracia, na qual fica assegurada a forte tradição democrática do país, assim como a influência do entorno interamericano e que mantém os traços formais da vida democrática (partidos políticos, pluralidade sindical, liberdade de expressão, etc). Outra, a do autoritarismo, onde a «fisiologia» formal da democracia está cheia de uma prática cada vez mais dura e autocrática do poder (instituições do Estado sob o controle absoluto do presidente, tendência à obliteração dos espaços democráticos, pressões constantes sobre os meios de comunicação, tendência à «judicialização» da política, etc). Não é o de Chávez um governo ditatorial e muito menos totalitário à cubana, mas também não é uma democracia. Autoritário, militarista, com forte propensão autocrática, a afirmação de seu poder pessoal é o alfa e ômega do comportamento de Chávez, quem fez da lealdade ao chefe a pedra fundamental de sua política. A concentração de poder nas mãos de Chávez só é comparável com a que protagonizou o general Juan Vicente Gómez, nosso ditador durante 27 anos – o que, certamente, não implica assemelhá-los em outros aspectos. A formação militar – que por sua própria natureza não é democrática, e sim afiançada nas idéias de disciplina vertical, subordinação escalonada de uns mandos sobre outros, procedimentos não deliberativos – converge com a tradição ditatorial, autoritária e não democrática da esquerda borbônica, para produzir este peculiar regime, em que o presidente não é o primeiro entre seus iguais, mas um totem reverenciado, cuja palavra é a primeira e a última em todas as decisões de governo. Tipicamente, ao redor do caudilho, vai se formando uma atmosfera de adulação e medo, cada vez mais repugnante. Por isso, se de «inventar o socialismo» se trata, o atuado até agora talvez permita concluir que o que vai surgindo desse propósito se orienta mais em direção aos modelos fracassados que a uma versão democrática do socialismo, embora não necessariamente se transforme em um clone daqueles e consiga conservar, mesmo que em menor grau, a ambigüidade que o caracteriza hoje.

fato, Chávez, inclusive, omitiu durante dois anos toda denúncia pública sobre a participação do governo Bush no golpe de abril de 2002. Administrou o tema com muita prudência. Hoje, suas acusações a esse respeito, junto às que faz, quase de forma paranóica, sobre um suposto plano gringo para matá-lo, assim como a utilização de uma linguagem duríssima contra o presidente dos EUA, que chega até a grosseria, transformou-se em um *leit motiv* de sua prédica mundial, respondendo aos nada velados ataques do Departamento de Estado.

Mas, simultaneamente com a belicosidade verbal contra o governo de Bush, o venezuelano realiza uma política exterior realmente audaz, embora exageradamente vozeirona e até provocativa, em comparação com a serena mas muito mais efetiva de Lula, por exemplo. Tocando a melodia do «mundo pluripolar», Chávez, com uma ativa diplomacia pessoal, cujo combustível é o petróleo, estreitou laços com Rússia, China, Índia e Irã. Embora às vezes atue como um elefante na loja de cristais sul-americana, fortaleceu, além da retórica integradora, vínculos políticos e econômicos com Brasil e Argentina, dirigindo sem reservas o petróleo como ferramenta política e adiantando, em ocasiões, gestos tão extravagantes como o de comprar a dívida argentina.

Ainda assim, a instrumentalização do ressentimento social, a intimidação desnecessária à classe média, a ineficiência administrativa, os conflitos permanentes, a segregação política e social de seus opositores e a corrupção desenfreada questionam a viabilidade do chavismo como projeto de transformação social profunda e estagnaram sua expansão interna. Ele não conseguiu abrir uma brecha nessa metade do país que o contraria, mantendo, embora com menor crispação depois do referendo revocatório (15 de agosto de 2004), a polarização social e política que caracterizou o período iniciado em 1999. O chavismo é uma força popular, certamente, mas não uma força integradora da nação. Existem também sinais inquietantes no céu, que parecerem antecipar um curso pouco democrático e excessivamente estatizante no desenvolvimento do processo chavista e, portanto, condenado ao fracasso. Mas, é melhor repetir com Marx: é preciso deixar o futuro falar por si mesmo.

Entre as duas grandes asas da esquerda latino-americana e caribenha hoje governantes, apesar de suas discrepâncias, existem múltiplos vasos comunicantes ■

■ Os vasos comunicantes

Entre as duas grandes asas da esquerda latino-americana e caribenha hoje governantes, apesar de suas discrepâncias, existem múltiplos vasos comunicantes.

Parece prematuro pensar que suas evidentes contradições conceituais e de estilo possam produzir uma fratura entre elas.

Para a esquerda moderna e democrática, que metabolizou a experiência da luta armada e a crise do modelo soviético, assim como as desventuras do allendismo e do sandinismo, que não se assoma ao espelho cubano, as relações com a esquerda borbônica, conservadora e não democrática, fazem parte da direção de suas tensões internas. Receber com honras Castro e Chávez, dar a eles um trato cordial e abrir as portas de suas massas populares, prestar tributo a suas lendas, considerá-los parte da «família», embora sejam uma sorte de *enfants* – ou melhor, *pères terribles* – e não existam maiores coincidências entre eles, é, por um lado, uma forma de lealdade para com sua própria história (todos fomos pró-soviéticos ou fidelistas, não somos alheios ao adorável mito guevarista, e quem não passou pelo marxismo-leninismo), e também um gesto em direção à ultra-esquerda própria, que muitas vezes é uma verdadeira perturbação, suavizando sua reivindicação e sua beligerância para com governos que censuram por sua suposta moderação, quando não a sua «entrega ao imperialismo».

No entanto, existe também um fator coesivo para as duas esquerdas: a política exterior norte-americana em geral, e em particular para a América Latina e o Caribe, sobretudo agora com Bush à frente dela. Os governos de esquerda, cada qual com estilo e metas próprios, possuem o propósito claro de colocar sobre novas bases as relações de seus países com os EUA. Claro que existem também consideráveis diferenças de estilo – assim como de substância – entre as duas esquerdas. Chávez adota um estilo valentão em suas respostas às freqüentes alusões do Departamento de Estado sobre sua política, reproduzindo, em um contexto e condições históricas completamente diferentes, o discurso, compreensivelmente conflitante, de Castro – que tem quase meio século enfrentado o anátema terrível dos gringos –, mas acrescentando de sua colheita algumas impropriedades, realmente provocativas, impensáveis na linguagem do velho líder cubano, que nestes assuntos sabe «ter seu lugar».

Chávez parte de um conceito falso, próprio da velha esquerda: com os EUA não existe possibilidade de convivência, é o inimigo por antonomásia. Esse conceito corresponde à ideologia da Guerra Fria, quando todos os partidos comunistas do mundo, e com eles uma parte da esquerda não comunista, assumiam como própria a estratégia soviética perante o colosso rival e eram incapazes de pensar sua política frente aos EUA a partir dos interesses nacionais de seus respectivos países. Para a nova esquerda, sobretudo depois da queda

da URSS, o assunto se apresenta em termos muito mais complexos, que podem se resumir à equação «tensões prováveis, mas convivência inevitável».

Nestas condições, em um continente onde, além das aparências, não saram as feridas abertas por um século de incursões dos *marines* em nossas costas, nenhum governo de esquerda permanecerá indiferente às pressões e iniciativas norte-americanas contra Chávez e Castro. De alguma maneira, querendo ou não, com contradições e desencontros, ambos são parte, para a família esquerdista, de uma América Latina que busca construir um destino comum perante a hegemonia norte-americana.

A América Latina e o Caribe estão iluminando um novo capítulo de sua história, que não parece conjuntural e efêmero, e que atende às profundas correntes de redenção social que correm pelos subterrâneos sombrios de suas injustas e iníquas sociedades. Portanto, possuem uma vocação democrática de perdurabilidade. Aconteça o que acontecer com os governos da esquerda latino-caribenha, este continente já não será o mesmo. O momento das grandes reformas sociais chegou, e desta vez o que está em pleno desenvolvimento já não está determinado nem afetado pelas contingências de uma confrontação bipolar em escala planetária, que já é história, e sim pelas circunstâncias específicas que têm estado macerando seu longo e torturado porvir. ☐

Ecuador Debate

Agosto de 2007

Quito

Nº 71

COYUNTURA: Fin de la representación, pugna de representatividades y democracia caudillista / Conflictividad socio-política: Marzo-Junio 2007. TEMA CENTRAL: Constitución, Institucionalidad y Derecho en Ecuador / Derecho y política: Reformas actuales en los países árabes / El reto de tomarnos en serio el estado social de derecho / Sociedad, Estado y Derecho / ¿Reconocimiento constitucional es sinónimo de no discriminación y derechos? / La eficacia de los derechos fundamentales en las relaciones entre particulares. DEBATE AGRARIO-RURAL: Los desafíos del desarrollo local en las microregiones del Sur de Manabí y la Cuenca alta del Río Jubones. ANÁLISIS: Aportes de asilados y refugiados a la cultura en México a finales del siglo XX / Transición socialista en la era de la globalización: notas para reflexionar. RESEÑAS: Trazos del tiempo: la caricatura política en el Ecuador a mediados del siglo XX / La trama de Penélope, procesos políticos e institucionales en el Ecuador / Más allá de la ideología sobre el “comportamiento” de los mexicanos.

Ecuador Debate es una publicación del Centro Andino de Acción Popular. Redacción: Diego de Utreras 733 y Selva Alegre. Apartado aéreo 17-15-173-B, Quito, Ecuador. Tel.: 2 522763. Correo electrónico: <caapl@caapl.org.ec>.